



42

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2011

António de Vasconcelos – 1.º Presidente da Academia Portuguesa da História (1937-1944)*

MANUELA MENDONÇA
Presidente da APH
manuela.mendonca@sapo.pt

Resumo:

Poucos anos antes de morrer, o Prof. Doutor António de Vasconcelos viu coroada a sua brilhante carreira académica ao ser nomeado, pelo então Ministro da Educação Nacional, Dr. Carneiro Pacheco, como primeiro Presidente da Academia Portuguesa da História. A instituição “renascia” em 1936 e, nas palavras do seu Presidente, buscava recuperar o antigo brilho da Real Academia da História Portuguesa, fundada em 1720, por D. João V. A circunstância de António de Vasconcelos ser nomeado como Presidente era bem sintoma de ser esse também o objectivo da re-fundação. Infelizmente, por motivos de saúde, progressivamente mais débil, o universitário de Coimbra não pôde participar no ritmo de trabalhos desde o primeiro momento assumido pelos novos académicos. Apenas se deslocou a Lisboa, participando nas actividades, por duas vezes: uma para presidir à primeira reunião da Comissão Instaladora e a outra para abrir os trabalhos no início das sessões oficiais da Academia. Porém, a preocupação com o Presidente ausente manifestou-se no cuidado dos restantes membros do Conselho que, através do Secretário-Geral, o consultavam para as questões mais delicadas. Mas o progresso da doença de António de Vasconcelos levá-lo-ia a um cada vez maior distanciamento, pedindo mesmo que o dispensassem de qualquer esforço. Apesar disso, ou talvez por isso, embora morrendo em 1941, só em 1945 foi substituído na Presidência.

Palavras chave:

Presidente; Academia; Conselho; Académicos; História.

Abstract:

A few years before he died, António de Vasconcelos has seen his brilliant academic career crowned, when the Minister of Education Carneiro Pacheco appointed him as first President of the Portuguese Academy of History. This institution revived in 1936 and, in the words of his President, was committed to regain the ancient splendour of the Royal Academy of Portuguese History founded in 1720 by king John V. The appointment of António de Vasconcelos as President was a clear sign that this one was also the objective of the re-foundation. Unfortunately, due to growing health problems, the scholar of Coimbra could not keep pace with the activities of the new academics. Only twice did he go to Lisbon and participate in the academic activities: once, to chair the first meeting of the Installation Committee, and another time to open the proceedings in the beginning of the official academic sessions. Nevertheless, the concern towards the absent President was apparent in the care of the remaining members of the Council who, through the Secretary General, asked for his advice in more delicate matters. The advance of his illness led to an even greater detachment, and António de Vasconcelos asked to be exempted from any duty. In spite of this, or maybe for this, although he died in 1941, his place as President was not taken until 1945.

Keywords:

Academy; Council; Academics; History.

* Apesar de ter morrido em 1941, só em 1945 foi substituído no cargo de Presidente da Academia.

Quem entra no actual salão nobre da Academia Portuguesa da História pode observar, à esquerda do retrato do fundador, D. João V, um belo óleo representando a imponente figura de António de Vasconcelos, o primeiro presidente da Academia restaurada. Nele se destaca a insígnia da grã-cruz da Ordem de Santiago que, em 1936, lhe foi imposta pelo ministro da educação, Prof. Doutor Carneiro Pacheco que, para tanto, se deslocou a Coimbra. António de Vasconcelos comemorava então 50 anos do seu doutoramento e vivia, porventura sem o poder adivinhar, o prelúdio de um outro grande momento – a sua nomeação, em 1937, como primeiro Presidente da Academia Portuguesa da História. Do significado que, para o grande professor, teve essa escolha dá-nos conta Mário Brandão, quando escreve, “... Sou testemunha do entusiasmo que manifestou pela instituição da doutíssima corporação, do desvanecimento em ser o seu primeiro presidente. A honra recebida pode, sem exagero, dizer-se que o reviventou. Ele que há muito renunciara a sair de Coimbra, quis vir duas vezes à capital, contra a vontade dos médicos assistentes, que bem sabiam que um ligeiro descuido lhe poderia ser fatal, para tomar parte em 1937 na primeira reunião da Comissão Instaladora, e, no ano seguinte, para presidir à primeira sessão da Academia.”¹.

O art.º 39 do Título V do *Regimento da Junta Nacional da Educação*, contido no Decreto 26.611 do Ministério da Educação Nacional, publicado na I série do D.G. n.º 116, de 19 de Maio de 1936, [re]fundava a Academia Portuguesa da História, cuja inauguração marcava para 1 de Dezembro do mesmo ano. Tal evento viria a ser adiado. Porém, pelo decreto 27.913 do mesmo Ministério, inserido na I série do D.G. n.º 177, de 31 de Julho de 1937, foram publicados os *Estatutos da Academia Portuguesa da História*, para cuja elaboração se teve em conta “... a organização da Academia Real da História Portuguesa, fundada por El-Rei o Senhor D. João V...”². Na sequência, o Ministro nomeou uma Comissão Instaladora, assim constituída: Afonso de Dornelas Cisneiros, António Eduardo Simões Baião, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, Caetano Maria de Abreu Beirão, Luiz Teixeira de Sampaio, Manuel Maria Múrias Júnior e Possidónio Mateus Laranjo Coelho. Esta Comissão reuniu cinco vezes, sempre no gabinete do Ministro e sob a sua presidência. No primeiro desses encontros contou com a presença de António de Vasconcelos, “presidente da Comissão

¹ Mário Mendes dos Remédios de Sousa Brandão, “Biografia do Doutor António de Vasconcelos”, *À Memória do Dr. António de Vasconcelos, primeiro Presidente da Academia Portuguesa da História*, (1948), p. 47.

² “Comissão Instaladora da Academia Portuguesa da História”, *Boletim 1937-38*, Lisboa, APH, 1940, p. 92.

Instaladora”, que, “... felicitou Sua Excelência o Ministro por tão louvável quanto patriótica iniciativa”. E posteriormente, ao tomar conhecimento do apoio que “... Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho e Ministro das Finanças dava à fundação da Academia”, “... vivamente se congratulou, em nome de todos...”³.

Em nenhuma das restantes reuniões da Comissão Instaladora, todas presididas pelo Ministro da Educação, temos notícia da participação de António de Vasconcelos. Nelas foram tratados diversos assuntos de ordem prática, nomeadamente hipótese de novos académicos, projecto de insígnias, colar e medalha comemorativa. De realçar que, a 25 de Agosto, foi substituído, nesta Comissão Instaladora, a seu pedido, o Dr. Caetano Maria de Abreu Beirão pelo Conde de Tovar (Dr. Pedro Tovar de Lemos).

Cinco meses decorridos sobre o início dos trabalhos da Comissão Instaladora, a 22 de Dezembro, o Ministro da Educação, Carneiro Pacheco, nomeava, em cumprimento do art.º 5 dos estatutos da nova Academia, o respectivo Conselho, sendo a publicação feita no D. G. n.º 302, de 28 desse mês. Era constituído por quantos haviam integrado a Comissão Instaladora, mas agora distribuídos por cargos: Presidente: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos; Vice-Presidentes: Luiz Teixeira de Sampaio e António Eduardo Simões Baião. Secretário Geral: Afonso de Dornelas; Vice-Secretário Geral: Pedro Tovar de Lemos (Conde de Tovar); Censor: Manuel Maria Múrias Júnior; Revisor paleógrafo: Possidónio Mateus Laranjo Coelho. Em cumprimento do art.º 24 dos mesmos Estatutos, o Ministro nomeava ainda os primeiros vinte e cinco académicos titulares fundadores⁴. Aos nomes escolhidos para integrar o Conselho, acresciam mais vinte: Abel Fontoura da Costa, Alfredo Pimenta, António Augusto Esteves Mendes Correia, Augusto da Silva Carvalho, Carlos Malheiro Dias, Damião Peres, Fernando Martins de Carvalho, Francisco Rodrigues, Henrique de Campos Ferreira Lima, Joaquim Bensaúde, Jordão Apolinário de Freitas, José Leite de Vasconcelos Pereira de Melo, José Maria de Queiroz Veloso, José Maria Rodrigues, Júlio Dantas, Luís Teixeira de Sampaio, Manuel Paulo Merêa, Marcelo José das Neves Alves Caetano e Reinaldo dos Santos.

³ “Sessão de 23 de Julho de 1937”, *Boletim...*, p. 92.

⁴ Para lá dos “fundadores”, o estatuto consagrava três categorias de académicos: os *titulares*, que são hoje os designados “Académicos de Número”, os *supranumerários*, que são hoje os “Académicos Correspondentes” e os *correspondentes*, que não identificamos hoje com qualquer categoria.

A 29 do mesmo mês de Dezembro, era publicado novo despacho autorizando a instalação da Academia e dando igualmente poderes ao respectivo Conselho para “designar os cinco académicos titulares portugueses e os dez académicos titulares brasileiros, para se perfazer o número total de 40”. Nesse mesmo dia o Conselho reuniu, pelas dezasseis horas, no Palácio das Necessidades, sob a presidência de Luiz Teixeira de Sampaio. Depois de lidos os vários despachos de nomeação e atribuições, foi lamentada a ausência do Presidente, António de Vasconcelos, tendo o vice-presidente proposto “... o que foi plenamente aprovado, que nesta primeira Acta do Conselho Académico se exarasse o pesar do mesmo Conselho por não se encontrar presente o Presidente, Senhor Professor Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, sentindo muito que o motivo da sua ausência se devesse a falta de saúde”⁵. É certo que o Presidente continuaria a faltar às sessões, mas não é menos verdade que, com a compreensão de todos, o trabalho continuou a bom ritmo. Nesta primeira reunião foram escolhidos os nomes a propor para académicos e, a 30 de Dezembro, já o Ministro da Educação nomeava: para portugueses – Augusto Botelho da Costa Veiga, Augusto Vieira da Silva, Caetano Beirão, José Justino Teixeira Botelho e Serafim Leite. Para académicos Brasileiros: Afonso Celso de Assis Figueiredo (Conde Afonso Celso) Afonso d’Escragnolle Taunay, Artur Guimarães de Araújo Jorge, Francisco José de Oliveira Viana, Gustavo Barroso, Júlio Afrânio Peixoto, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt e Rodolfo Garcia.

Este ilustre conjunto assumiria dar corpo à nova Instituição, da qual o seu primeiro Presidente afirmaria, em discurso proferido a 2 de Abril de 1938, “... A Academia Portuguesa da História, nascendo agora, vem entroncar as tradições gloriosas da sua predecessora, a Academia Real da História Portuguesa, que no século XVIII surgiu numa época interessantíssima, animada e protegida pela acção dedicada e eficaz do grande rei D. João V... Tudo nos leva a esperar que a actual Academia Portuguesa da História, começando a sua vida com entusiasmo, vigor e eficiência, não inferior à que animou os primeiros anos da Academia Real da História Portuguesa, e com frutos copiosos que já vamos prevendo prometedores, haja contudo longa vida e preste relevantes serviços a Portugal no presente século e nos seguintes...”⁶. O Presidente falava na primeira reunião em que participou, depois do já aludido encontro da Comissão Instaladora. Contudo, houvera já 8 reuniões do Conselho neste ano de 1938, ocorridos a ritmo quinzenal. Nas primeiras, como seria de prever, foram tratados,

⁵ “Sessão de 29 de Dezembro de 1937”, *Boletim...* 1940, p. 103.

⁶ *Boletim...*, p. 172.

fundamentalmente, assuntos técnicos, tais como orçamento, mobiliário, pessoal, instalações, etc. Progressivamente surgiriam e iam sendo analisadas diversas manifestações de interesse do mundo académico, nacional e estrangeiro. Mas foi a 18 de Março que, pela primeira vez, o Conselho Académico se confrontou com um projecto de trabalho bem concreto, quando “tomou conhecimento da notabilíssima nota oficiosa de Sua Excelência o Presidente do Conselho, que determina, num admirável programa, a dupla Comemoração Centenária da Fundação e Restauração da Nacionalidade (1939-1940)”. Na sequência, logo se pensou na importância de preparar obras a editar, prevendo-se, para debater a hipótese, uma reunião de toda a Academia, tendo o presidente em exercício, embaixador Luiz Teixeira de Sampaio, manifestado “... o desejo de que o Senhor Presidente da Academia pudesse presidir a essa sessão”⁷. Tal não terá sido possível, mas é certo que o grupo mantinha estreito contacto com António Vasconcelos, dando-lhe conhecimento das solicitações do Ministério no sentido da Academia apresentar uma proposta de publicações. Essa proposta ficou pronta na reunião de 26 de Março e foi enviada ao Ministério. Prova do conhecimento que o Presidente tinha de tudo o que se ia passando, podemos encontrá-la na acta de dia 29 em que, em reunião presidida por António Baião, o Conselho se regozijou com o teor do telegrama enviado por António de Vasconcelos ao Presidente do Conselho e no qual se lia, “Felicitó V. Exc.^a pela luminosíssima ideia da patriótica celebração solene do centenário da fundação e restauração de Portugal no próximo biénio de 1939-1940, ambos os factos fundidos num mesmo significado da independência nacional. O programa esboçado é grandioso e oportuníssimo, devendo todos os portugueses estreitar fileiras junto do Governo, cooperando, por todas as formas, eficazmente, nesta nova obra vital do Estado Novo. Certíssimo que interpreto o pensar e a vontade dos meus colegas da Academia Portuguesa da História, ousando apresentar a V. Exc.^a as suas congratulações e bons desejos de cooperação, particularmente nas publicações históricas a que alude o programa – *António Ribeiro de Vasconcelos*, Presidente da Academia Portuguesa da História”. Estava aceite o desafio e, a partir de então, iniciar-se-ia um programa de trabalhos, a propor numa reunião plenária que se marcou para dia 2 de Abril. Na mesma deveria o Dr. António Baião proferir um “... discurso acerca da antiga Academia Real da História Portuguesa, base da actual Academia Portuguesa da História, inaugurando-se deste modo as sessões plenárias”⁸.

⁷ “Sessão de 18 de Março de 1938”, *Boletim...*, p. 111.

⁸ “Sessão de 29 de Março de 1938”, *Boletim...*, p. 113.

Assim aconteceu, no “edifício da Assembleia Nacional...”, sendo o plenário precedido de uma reunião do Conselho, “no gabinete do Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo... pelas quinze horas...debaixo da presidência do Senhor Professor Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos”. Era a primeira vez que tal acontecia! Por isso, ao cumprimentar os seus pares, António de Vasconcelos lamentava que “...Sua Excelência, o Ministro o nomeasse para um cargo em cujo desempenho necessitava aquelas forças que muito desejava ainda possuir, a fim de ficar bem com a sua consciência”. A este desabafo respondeu, em nome de todos, o Dr. António Baião, que afirmou “... a grande honra que os membros do Conselho tinham por serem superiormente chefiados por um tão notável historiador, como o nosso muito prezado e respeitado Presidente, apresentava-lhe as homenagens dos mesmos, que protestavam ser submissos e fiéis companheiros de Sua Excelência na missão em que os investiu a portaria do Ministério da Educação Nacional...”. Findo o Conselho, no qual se preparou a reunião plenária, o Presidente recebeu e cumprimentou os Académicos que, entretanto, haviam chegado, seguindo depois para a sala de leitura da Torre do Tombo, onde se realizou a sessão plenária inaugural a que já aludimos e na qual António de Vasconcelos, ao abrir os trabalhos, disse ainda “Cumpro o honrosíssimo encargo de proceder à instalação da Academia Portuguesa da História, no exercício inicial das funções de seu presidente, embora me reconheça desprovido de méritos para tão alto lugar.... Nesta Academia estão postos, com simpática expectativa, os olhos de todo Portugal. Espera-se que ela produza obra abundante e notável, baseando-se tal esperança no conhecimento dos méritos, dos talentos, da obra individual já realizada por cada um de vós. Tal expectativa não será frustrada”. Na sequência da sessão tomaria a palavra o Dr. António Baião que, dirigindo-se ao Presidente, afirmou, “A figura veneranda do Senhor Doutor António de Vasconcelos impõe-se pela hombridade do seu carácter, pela honestidade, vastidão, vernaculidade e erudição da sua obra e pela fidalga figura do seu trato”.

Nesse mesmo dia António de Vasconcelos assinava o ofício 19A, porventura o único documento administrativo por si assinado na Academia, dirigido ao Ministro da Educação, em cuja cópia se pode ler, “Assumindo a presidência da primeira sessão plenária da Academia Portuguesa da História, saúdo V. Exc.^a como Ministro da Educação Nacional, fundador da nossa Academia e animador de toda a sua actividade e labor”⁹.

⁹ “Sessão de 2 de Abril de 1938”, *Boletim...*, p. 115.

O Presidente da Academia Portuguesa da História manteve-se em Lisboa até dia 5 de Abril, presidindo a outros encontros. Dia 4 reuniu o Conselho, tendo o Presidente manifestado “... a sua satisfação pela forma como decorreu a sessão extraordinária da Academia, na tarde de dois do corrente...”. Informou ainda que “... a sessão que se ia fazer daí a pouco [nova reunião plenária] seria para colher as sugestões que os ilustres académicos apresentassem, referentes às comemorações centenárias em projecto e aos nomes dos patronos, para em seguida... serem objecto de estudo do Conselho Académico”¹⁰. Presidiu, de seguida, à referida sessão, que decorreu de modo muito animado, com diversas propostas e projectos. A tudo o “Presidente efectivo” foi respondendo, com a garantia de que o Governo estava disposto a financiar as publicações que se preparassem. E, antes de terminar, encorajou a todos dizendo, “Eu sou da Serra da Estrela, sou serrano, e há lá um aforismo que diz: O que se não faz em dia de Santa Maria, faz-se em outro dia. É o nosso caso. Vamos a procurar não adiar, começemos desde já os trabalhos, cada um nos que lhe forem distribuídos ou em que queira intervir; mas o que não pudermos realizar nos dois anos [das comemorações] fica para depois. Quem tem andado pelos arquivos estrangeiros sabe perfeitamente que não é num mês nem num ano que se fazem estudos proveitosos, mas é preciso principiar e quanto antes. E dos Centenários exactamente o que há-de perdurar são as publicações”¹¹.

No dia seguinte, 5 de Abril, o Doutor António de Vasconcelos, bem como o restante Conselho, foi recebido no gabinete do Ministro da Educação onde, pelas dezasseis horas, reuniram sob a presidência do mesmo Ministro. A deslocação ao ministério tivera como objectivo “... agradecer ao Senhor Ministro a honra que lhes tinha dispensado, oferecendo-lhes um almoço”. Nesta reunião discutiram-se dois temas de muito interesse: primeiro os nomes de novos académicos, com a elevação de alguns dos fundadores à categoria de “honorários”. Foram escolhidos três – Carlos Malheiro Dias, José Leite de Vasconcelos Pereira de Melo e José Maria Rodrigues. Foram eleitos para ocuparem estes lugares de titulares, David de Melo Lopes, Luis Barbosa Xavier da Costa e Rui Pinto de Azevedo. Finalmente, foram designados os supranumerários nacionais: Aarão Lacerda, Alberto Feio Soares de Azevedo, Alfredo Botelho de Sousa, António Barbosa, António Ferreira de Serpa, Domingos Maurício Gomes dos Santos, Francisco Manuel Alves, Gastão de Melo de Matos, Gustavo Adriano Matos Sequeira, Henrique Quirino da Fonseca, Luiz José de Pina Guimarães, Manuel Domingos Heleno Júnior, Manuel Lopes de Almeida, Mário Brandão

¹⁰ “Sessão extraordinária de 4 de Abril de 1938”, *Boletim...*, p. 116.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 188.

Mendes dos Remédios e Moisés Bensabat Amzalak. Para idêntica categoria foram escolhidos os seguintes brasileiros: Basílio de Magalhães, Gilberto Freire, Jónatas Serrano, Roberto Cochrane Simonsen e Tobias do Rego Monteiro. Nas palavras do Presidente, “... ficando assim completos os quadros de académicos titulares e supranumerários portugueses e brasileiros, entrará com certeza a Academia em trabalho activo para auxiliar o Governo no brilho que deseja dar à dupla comemoração dos Centenários em 1939-1940”.

Com efeito, a Academia passaria a trabalhar em função deste objectivo e, nesta mesma sessão, surgiu uma proposta por parte de Afonso de Dornelas. Lembrando as palavras proferidas por António de Vasconcelos, durante o almoço, a propósito “... da colecção de reproduções de selos de autenticar documentos, existente na Universidade de Coimbra...”, disse que, de há muito, pensara “... obter a reprodução de selos existentes nos arquivos e bibliotecas oficiais e particulares... Propunha, portanto, que imediatamente se estudasse a forma de levar a efeito a organização duma oficina de reprodução... o que foi plenamente aprovado”. Em consequência, reuniram-se vontades, promovendo a hipótese de “... na comemoração dos Centenários, a Academia pudesse fazer uma exposição de reproduções de selos portugueses desde a fundação da Nacionalidade, pelo menos até D. João IV”. A proposta viria a ser aprovada por despacho do Ministro, a 9 de Maio e comunicada à Academia pelo ofício 322 do respectivo Gabinete, a 13 de Maio do mesmo ano¹². O objectivo concretizou-se e a colecção encontra-se, até hoje, na Academia Portuguesa da História.

Terminada a reunião, António de Vasconcelos agradeceu, mais uma vez, ao Ministro e “comunicou partir nesse mesmo dia para Coimbra, onde ficava ao serviço de tão interessante causa, como a da vida da Academia Portuguesa da História”¹³.

Os trabalhos continuaram, em Lisboa, com uma reunião do Conselho Académico logo a 7 de Abril. Se era objectivo definir o programa para as comemorações, não o era menos a preocupação em encontrar uma sede condigna e a escolha das insígnias que identificariam a Academia. Tudo ia sendo tratado pelo Secretário Geral, com a presidência assegurada por um dos vice-presidentes. No entanto, verificamos a existência de inúmeras cartas dirigidas a António de Vasconcelos, o que prova que a sua ausência em Coimbra não obstava ao seu reconhecimento como Presidente da Instituição. Entre essas cartas destaques aquela que, em 9 de Abril do mesmo ano de 1938, lhe foi escrita, de Paris, por Joaquim Bensaúde. Reza assim: “Excelentíssimo Senhor:

¹² A.P.H., *Correspondência Recebida, 1937-1938*, p. 47.

¹³ “Sessão de 5 de Abril de 1938”, *Boletim...*, p. 118.

Vivo longe de Portugal e até o mais possível longe do mundo e por isso mesmo chego tarde com as minhas respeitosas felicitações pela escolha que colocou V. Exc.^a, um tão brilhante como venerando historiador, no lugar d'honra da Presidência da nova Academia. Regozijo-me com a fundação da Academia de História que de certo vai provocar uma vasta colheita de estudos profundos sobre a história nacional. Há muitos anos que me ocupo da obra marítima de D. João 2º, capítulo de difícil documentação e em que por isso me impuz por prudência toda a lentidão. Se não tiver quaisquer inesperados transtornos devidos a minha já débil saúde, espero que o meu livro esteja impresso no correr do ano 1940. Com a expressão do meu profundo respeito, sou com a mais alta consideração, de V. Exc.^a muito atento venerador. Joaquim Bensaúde”¹⁴.

Assim se iam relacionando estes homens de elevada craveira intelectual e saber histórico que, rodeando o Presidente, deram forma ao objectivo prioritário da Academia – dar resposta ao projecto das comemorações cujo programa específico foi lido, em Maio do mesmo ano, pelo Ministro da Educação, às Academias das Ciências, Belas Artes e História. Esteve presente o Secretário-Geral, Afonso de Dornelas que, em reunião do Conselho de 20 do mesmo mês, o comunicou aos restantes membros. Pedia-se à Academia:

- “- Publicação monumental da documentação diplomática e iconográfica relativa à fundação da nacionalidade e restauração da independência;
- Estudos histórico-políticos sobre os mesmos factos;
- Estudos arqueológicos e etnográficos que interessem à história da nacionalidade portuguesa;
- Edição popular de uma «História de Portugal», revista”¹⁵.

Seguiram-se, por parte dos Académicos, diversas propostas de concretização que ficaram para estudo. De tudo era avisado o Presidente que, a 11 de Abril, fora nomeado como membro da Comissão Nacional dos Centenários.

Multiplicavam-se os trabalhos da Academia, que se via consultada sobre os mais diversos assuntos: o Banco de Portugal solicitava indicações para a “emissão de notas, cujo desenho tenha por motivo pessoa ou factos que de maneira preponderante hajam contribuído para os acontecimentos que vão ser comemorados”. O pedido foi posteriormente satisfeito, sendo comunicado por ofício de 6 de Julho do mesmo ano; afluíam igualmente inúmeras publicações, tanto para a respectiva Biblioteca como para o seu Presidente, como se infere

¹⁴ A.P.H., *Correspondência Recebida...*, p. 31.

¹⁵ Sessão de 20 de Maio de 1938”, *Boletim...*, p. 123.

do officio n.º 136 que, a 27 de Maio, lhe é enviado pelo Secretário Geral, “Receberam-se nesta Secretaria dois volumes de “História Económica do Brasil”, do senhor Roberto C. Simonsen, de S. Paulo, com o endereço que junto envio a V. Exc.^a A mencionada obra tem a seguinte dedicatória: Ao ilustre Professor A. Ribeiro de Vasconcelos com as homenagens de Roberto Simonsen. Pelo endereço parece destinar-se à Academia, mas a dedicatória mostra carácter individual. Tem V. Exc.^a relações com o referido escritor e julga a remessa destes livros oferta pessoal ou entende que devo incluí-los entre os da livraria académica?”¹⁶. Enfim, a máquina estava em funcionamento e urgia suportá-la em pessoal de secretaria, capaz e trabalhador. Esse pedido está ilustrado em diversos officios, bem como nos orçamentos, que registam igualmente as verbas necessárias para aquisição de mobiliário. Presente em quase todos os contactos está também a necessidade de encontrar uma sede condigna, objectivo que nem o Doutor António de Vasconcelos e a sua equipa nem os Presidentes seus sucessores lograram ainda concretizar!

A acta da sessão do Conselho Académico de 28 de Junho, bem como as seguintes, dão conta das actividades crescentes da Academia, sendo de destacar as diversas solicitações que continuavam a chegar. Mas a maior actividade é sem dúvida a que resulta das publicações a fazer. Tomando conhecimento da aprovação, pelo Presidente do Conselho, do programa de edições proposto pela Academia, o Conselho académico, reunido em 12 de Agosto, manifestou o seu regozijo por tal decisão, que dava “... à Academia a faculdade de principiar a sua acção com uma série de obras de apreciado valor, deliberando... ... solicitar a colaboração de todos os Académicos, convidando-os a elaborarem monografias...”¹⁷. Para tanto decidiu-se enviar uma circular a todos, solicitando a respectiva colaboração. É desta mesma sessão a proposta, que seria aprovada, para que se publicassem, não apenas monografias, mas também colecções de fontes e iconografia relativas à História de Portugal. Foi sugerido, para começar, o *Livro das Fortalezas do Reino por Duarte Darmas*, o *Livro do Armeiro-Mor*, e o *Livro da Nobreza por António Godinho*. A par destes trabalhos continuava o Conselho a nomear novos académicos, agora para a categoria de correspondentes, tanto portugueses como estrangeiros.

Compulsando a correspondência expedida e recebida pela Academia ao longo destes meses, pode ter-se a noção do entusiasmo que estes homens puseram na tarefa. São inúmeras as propostas recebidas e as listas enviadas, para aprovação, ao Ministro. Isso mesmo se reflecte nas alterações orçamentais que

¹⁶ A.P.H., *Correspondência Expedida, 1937-38*.

¹⁷ Sessão de 12 de Agosto de 1938”, *Boletim...*, p. 140.

rapidamente viabilizavam novos montantes, especificamente para publicações. A título de exemplo diga-se que o orçamento aprovado para 1938 consagrava 60 contos para início das publicações, mas esta verba passaria para 150 contos, em 1939. Não cabe num artigo deste género pormenorizar toda a informação que temos, mas o entusiasmo das sucessivas descobertas leva-me a deixar um repto aos jovens investigadores para que se interessem pela documentação que ilustra os primeiros anos da Academia *renascida*.

A inúmera correspondência que referimos está, invariavelmente, assinada pelo Secretário geral, Afonso de Dornelas. O mesmo acontece com as Actas, que o referem como secretário, sendo a presidência das sessões assegurada por um dos vice-presidentes, quase sempre o Dr. António Baião. Significa isso a permanente ausência de António de Vasconcelos. Porém, continuamos a ter indícios de frequentes contactos da Academia com o seu Presidente, que ficam ilustrados com pormenores como seja, por exemplo, o telegrama que assina e é enviado a 30 de Agosto ao então Presidente da República. Diz assim: “A Sua Excelência, o Senhor General Carmona, prestigiosíssimo Presidente da República Portuguesa: Saúdo Vossa Excelência, com o máximo entusiasmo patriótico, por seu feliz regresso da triunfal viagem às Colónias portuguesas da África Ocidental. Viva Portugal maior! Viva a nossa grande e gloriosa Pátria!”¹⁸. A preocupação do Presidente pelo aumento do espólio da Academia manifestava-se também no envio de um exemplar do “selo medieval da Universidade”, que o Secretário Geral agradeceu no ofício n.º 372 de 7 de Setembro, destacando “as altas qualidades de espírito e de historiador erudito, que concorrem em V. Exc.^a”¹⁹. No mesmo ofício indicava, respondendo ao pedido do Presidente, as moradas dos membros do Conselho Académico. Mas, expressão máxima da dedicação e fidelidade a António de Vasconcelos é o ofício n.º 406 que, a 8 de Novembro do mesmo ano de 1938, lhe foi enviado pelo Secretário-Geral. Nele se pode ler, “Na última reunião do Conselho da Academia [2 de Novembro], que V. Exc.^a honra com a sua presidência, foi, por unanimidade, deliberado solicitar de V. Exc.^a a nomeação de uma comissão executiva incumbida das publicações comemorativas da Fundação da Nacionalidade e composta de académicos especializados... Serão as instruções de V. Exc.^a acatadas com o maior prazer e com a segurança absoluta de que a escolha recairá em quem, de facto, tenha as condições precisas para o desempenho de tão patriótica missão...”²⁰.

¹⁸ A.P.H., *Correspondência Expedida, 1937-38*.

¹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰ Idem, *ibidem*.

A resposta chegaria, com data de 11 de Novembro, em três páginas dactilografadas e devidamente assinadas. Vinha acompanhada de carta manuscrita, em papel timbrado do próprio, com letra trémula, que bem revela o estado físico e psíquico do autor. Escreve António de Vasconcelos, “Exm.º Senhor e Amigo da minha maior consideração, Isto não é viver: é vegetar. Perdoe-me as faltas que constantemente cometo com V. Exc.ª, assim como com toda a gente. Nunca imaginei que chegava a tal estado! Fiz sobre mim um grande esforço para responder com a indispensável brevidade, ao ofício de V. Exc.ª. Aí vai a resposta, como me parece ser preferível. Queira Deus que tudo corra bem, e que a nossa Academia se saia como convem. Não posso escrever mais hoje. Com toda a consideração...”. Quanto ao texto dactilografado, não resisto a transcrevê-lo quase na íntegra, por constituir um documento revelador da personalidade do Presidente da Academia Portuguesa da História. Começa por acusar a recepção do ofício enviado, para logo acrescentar, “O meu estado de saúde tem-me inibido de exercer com assiduidade e efectividade, como eu muito desejava, a honrosa presidência desta nobre Academia. A fatalidade porém da doença, que se sobre põe a toda a boa-vontade, tem-me reduzido a esta condição de invalidez, e tem consequentemente acarretado excesso de trabalho e de preocupações aos Exm.ºs Vice-Presidentes, o que muito sinceramente lamento. Concluo do ofício a que respondo, que Suas Exc.ªs. querem ter comigo a delicada atenção de ser eu que satisfaça à proposta... para a nomeação duma Comissão executiva... Agradeço a atenciosa delicadeza... ... Vejo claramente a grande utilidade prática, que resultará de esta série especial de publicações, que exige conhecimentos e técnica de paleografia e de diplomática, ser dirigida por pessoas especializadas... ... Há a ponderar que tal comissão deve contar com um número muito restrito de Vogais, que possam reunir-se com frequência... 5 vogais apenas... Deverá, ao que parece, a Comissão, apenas nomeada, reunir-se sem demora... ... Bem é que a Comissão fique com poderes para agregar a si qualquer pessoa técnica especializada... Há, sem dúvida, vantagens em estabelecer harmonia entre esta Comissão e a outra, já nomeada para cuidar das restantes publicações. Pode servir de traço de união entre as duas o Secretario Geral... ... Submetendo à apreciação dos meus Exm.ºs Colegas da Academia estas considerações, para que se dignem de as ponderar, emendar, ampliar, reduzir ou substituir... ... No caso de ser aceite esta proposta, ficarão ipso facto nomeados...: Manoel Paulo Mereia, Presidente; Conde de Tovar, vice-presidente; A. Botelho da Costa Veiga, Damião Peres, [vogais?]; Ruy de Azevedo, secretário”.²¹

²¹ A.P.H., *Correspondência Recebida, 1937-38*, pp. 202-203.

Em reunião de 16 de Novembro foi lido o ofício do Presidente, tendo o Conselho considerado “... que a escolha do Professor Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos não poderia ser melhor, deliberando que imediatamente se comunicasse aos ilustres académicos a forma por que se organizara a referida comissão”²². Assim aconteceu, prosseguindo as actividades com vista à resposta cabal às responsabilidades assumidas. Refira-se que em todo o processo foram incluídos académicos brasileiros, igualmente entusiastas das Comemorações. Por todos escreve Pedro Calmon, a 3 de Dezembro, informando que “... os académicos brasileiros vão combinar, dentro do mesmo plano de trabalhos, a colaboração com que pretendem prestigiar as comemorações centenárias”²³. De resto, a relação com o Brasil foi fomentada desde o início da Academia refundada, havendo total reciprocidade de objectivos. Disso é exemplo o ofício do Governo do Brasil que, a 22 de Setembro, convida o Presidente a estar presente no Rio de Janeiro na cerimónia comemorativa do primeiro centenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico.

Podemos dizer que o ano de 1939 viu a Academia atingir a sua velocidade de cruzeiro. Apesar de um Presidente ausente, a que não é feita qualquer referência, se exceptuarmos uma justificação de falta, “por motivos de doença”, em sessão do Conselho de 17 de Maio, os académicos reuniram sistematicamente, quer em Conselho quer em sessões ordinárias. No primeiro caso contam-se 12 reuniões, nas quais sempre esteve presente a análise do andamento das publicações a que a Academia se comprometera para as comemorações. A 21 de Março, o Conselho aprovou o modelo de capas a efectuar para as respectivas edições. No que se refere às 13 sessões ordinárias realizadas, todas presididas por António Baião e secretariadas por Afonso de Dornelas, são bem elucidativas do debate de ideias que, desde o seu início, marcou os trabalhos da Academia. Não é este o momento de o fazer, mas seria interessantíssimo analisar, por exemplo, os confrontos entre Ruy de Azevedo e Alfredo Pimenta, bem patentes em várias destas reuniões. Enfim, outros aspectos da vida da Academia ficam retratados, importando agora apenas referir a lista de publicações pronta e anunciada em sessão de 15 de Novembro. Para as Comemorações da Fundação da Nacionalidade prepararam-se as seguintes: “*Documentos Medievais Portugueses*, publicados pelo Dr. Rui Pinto de Azevedo; *Relatório acerca da localização da batalha de Ourique*, pelo Tenente-Coronel Augusto Botelho da Costa Veiga; *As origens do executor testamentário*, pelo Doutor Manuel Paulo Merêa; *Memórias do Mosteiro de Pombeiro*, publicadas pelo Dr. António Baião; *Os forais medievais*

²² Sessão de 16 de Novembro de 1938”, *Boletim...*, p. 147.

²³ Acta da sessão de 21 de Dezembro de 1938”, *Boletim...*, p. 152.

vimarenenses, pelo Dr. Alfredo Pimenta; *Memórias do Mosteiro do Paço de Sousa*, publicadas pelo mesmo académico; *Crónica da fundação do mosteiro de S. Vicente de Lisboa*, por Afonso de Dornelas. Comemorativas da Restauração da Independência – *Embaixada do Conde da Vidigueira, Marquês de Nisa – Cartas originais a ele dirigidas pelo Governo português*; *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a el rei D. João IV* e *Cartas de Sua Majestade D. João IV*, todas publicadas pelo Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho; *A Rendição das Guarnições Castelhanas em 1640*, pelo Capitão Gastão de Melo de Matos; *José Pinto Pereira Vedor da Fazenda Geral da Índia e Conselheiro Ultramarino de El-Rei D. João IV*, pelo Capitão Charles Ralph Boxer; *Figuras e Episódios da Restauração*, pelo Dr. António Rodrigues Cavalheiro e por Luiz Pastor de Macedo; *Cartas de D. João IV a D. João da Costa (Conde de Soure)*, pelo Dr. António Rodrigues Cavalheiro; *A Europa e o Domínio Filipino em Portugal*, pelos Drs. António Rodrigues Cavalheiro e Luiz Vieira de Castro; *Gente das Ilhas na Guerra da Restauração*, pelo Dr. João Cabral do Nascimento; *A Acção Diplomática de Portugal no Congresso de Vestefália*, pelo Dr. Eduardo Braão e *O Brasil e a Restauração de Angola*, pelo Dr. Gustavo Barroso”²⁴.

O Boletim da Academia Portuguesa da História relativo ao ano de 1940 continua a silenciar o seu Presidente. Mantinha-se, contudo, no cargo, pois que, por despacho de 19 de Março, o Director Geral do Ensino Superior e Belas Artes homologa a passagem do Embaixador Luiz Teixeira de Sampaio a Académico Honorário, sendo substituído, na missão de Vice-Presidente, pelo Prof. Doutor José Caeiro da Mata. O resto do Conselho permaneceu. De tudo foi dada informação a António de Vasconcelos, pelo ofício 157 de 3 de Junho de 1940, mas estando a situação já consumada. Diz assim: “Tenho a honra de comunicar a V. Exc^a que, havendo o Senhor Embaixador Luiz Teixeira de Sampaio pedido a Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional dispensa do exercício do cargo de Vice-Presidente desta Academia, se reuniu o Conselho Académico por indicação do mesmo Ministro, elevando o referido académico à categoria de honorário e elegendo para a sua vaga o Senhor Professor Doutor José Caeiro da Mata, a quem nomeou Vice-Presidente. Sua Excelência o Ministro já homologou... Desejando as melhoras de V. Exc^a...”²⁵. Trata-se, pois, de um acto de delicadeza e já não de uma consulta ou pedido de parecer. Este modo de actuar resultava certamente do conhecimento que havia do delicado estado de saúde de António de Vasconcelos. Esse estado, bem como a fibra do Presidente, ficam patentes numa interessante troca de

²⁴ Acta da sessão ordinária de 15 de Novembro de 1939”, *Boletim...*, p. 102.

²⁵ A.P.H., *Correspondência Expedida, 1940...*

correspondência ocorrida em Abril deste mesmo ano. Tendo chegado um ofício do Reitor da Universidade de Coimbra convidando o Presidente da Academia para a *Comissão Organizadora de um Congresso de História da Actividade Científica Portuguesa*, o Secretário-Geral enviou-a a António de Vasconcelos. O Presidente respondeu, em carta dactilografada e assinada, num texto que não resisto a deixar transcrito na íntegra, por considerar que reflecte bem o carácter do grande Mestre: “Acaba de chegar ao meu conhecimento o ofício n.º 108, que V. Exc.^a se dignou de me dirigir, datado de 13 do corrente, mas entrado na estação postal de Coimbra apenas no dia 17, no qual me é remetida cópia dum ofício do Exm.º Reitor da Universidade, datado de 6, com a indicação C-2/112, a fim de que eu tome conhecimento do assunto nele exposto, e que dê resposta ao convite, que nele se contém. // Devo confessar que estranhei bastante esta comissão!!! Nessa Secretaria Geral sabe-se bem que, há muito, não estou em exercício da honrosa Presidência dessa Academia, pelo motivo do meu estado melindroso de saúde disso me inibir. Não posso entregar-me, nem os médicos mo permitem, a qualquer trabalho ou preocupação, embora leves. A própria correspondência com os amigos está suspensa há largos meses. Não exerço, pois, há muito tempo a Presidência efectiva da Academia, com grande pesar meu, e é o Exm.º Vice-Presidente, quem se encontra em permanente exercício. Estava, pois, muito longe de supor que V. Exc.^a se lembraria de mim, para me distribuir serviço, que eu não posso executar. O que a V. Exc.^a comunico para os devidos efeitos, com os protestos da minha consideração.// A BEM DA NAÇÃO// Coimbra, 23 de Abril de 1940// António de Vasconcelos”²⁶.

Naturalmente preocupado com esta resposta, a 29 de Abril, pelo ofício 123, o Secretário Geral apressa-se a esclarecer, “Comunicando a V. Exc.^a que recebi a sua carta de 23 do corrente, tenho a honra de informar que enviei a V. Exc.^a cópia do ofício do Exm.º Reitor da Universidade de Coimbra sem intenção de que V. Exc.^a tomasse qualquer encargo de representar a Academia, pois sei muito bem que o seu estado de saúde não lho permitiria, facto que todo o Conselho sinceramente lastima. ... Não desejava, no entanto, que sendo V. Exc.^a o Presidente da Academia, ignorasse um convite feito pela Universidade que tão brilhantemente ilustrou ou que viesse a conhecê-lo por outra entidade que não fosse a que tem a honra de ser presidida por V. Exc.^a...²⁷”.

O teor desta correspondência atesta bem que a Academia procura ser delicada com o titular do seu primeiro cargo, mas sabe que, em absoluto, não pode contar com a sua colaboração activa. Por isso desenvolve o trabalho dos seus

²⁶ A.P.H., *Correspondência Recebida*, 1940, volume I.

²⁷ A.P.H., *Correspondência Expedita*, 1940, volume I.

vários órgãos sem referências explícitas ao Presidente e poderemos dizer que, a partir de então, são muito raros os contactos. Neste ano de 1940 o Conselho reuniu 9 vezes, nunca sendo referenciado o nome de António de Vasconcelos, nem mesmo na sessão de 21 de Junho, quando o Conselho passou a ser presidido por José Caeiro da Mata. Apesar do que vimos escrevendo, não deixa de parecer estranha a omissão, tanto mais que António Baião apresentou a Caeiro da Mata “cumprimentos e felicitações pela honra que vai ter esta Academia em ser dirigida por individualidade tão ilustre...”²⁸. O mesmo silenciamento se torna notório nas sessões ordinárias da Academia que, no ano em análise, se realizaram 10 vezes. Portanto, confirma-se que a partir deste ano apenas ténues relações de cordialidade se mantinham com o Presidente, tais como o envio de um telegrama no seu aniversário, “O Conselho da Academia Portuguesa da História tem a honra de cumprimentar o seu muito Ilustre Presidente, felicitando-o pelo seu aniversário natalício”, ou, a 3 de Agosto, a informação de uma remessa de publicações, “Desejando que V. Exc.^a tenha passado melhor dos seus incómodos, tenho a honra de comunicar que remeti hoje... um caixote com exemplares dos quatro primeiros volumes comemorativos do Duplo Centenário, editados por esta Academia...”.

Entretanto, a vida académica continuava a manifestar vitalidade, como se prova na acta da sessão de 4 de Setembro. Por ela podemos constatar que, nesta data, haviam já sido entregues ao Senhor Presidente da República “... os três primeiros volumes publicados... e a medalha comemorativa da sua fundação, por cujo acto ressurgiu a Academia Real da História...”. Na mesma sessão, o Doutor Caeiro da Mata, que presidiu, referiu-se “... à forma excepcionalmente significativa como o Senhor Presidente do Conselho de Ministros recebeu exemplares dos mesmos volumes e da sobredita medalha. Igualmente o Senhor Ministro da Educação Nacional teve palavras de muito louvor para a actividade da Academia, motivo que muito o satisfaz, porquanto teve a felicidade de ser o seu ressurgidor”²⁹.

A 23 de Outubro deu-se mais um passo para a normalização da Instituição e seus académicos, ao aprovar-se a existência de um diploma e um bilhete de identidade. Foi esta a última reunião do Conselho, neste ano de 1940, o que só pode encontrar explicação nos muitos afazeres dos respectivos membros, neste período fundamental das Comemorações em que decorreu a grande exposição do Mundo Português (23 de Junho a 2 de Dezembro). Nela estiveram comprometidos muitos académicos, nomeadamente o Secretário Geral,

²⁸ Acta da sessão de 21 de Junho de 1940, *Boletim...*, pp. 68-69.

²⁹ Acta da sessão de 4 de Setembro de 1940, *Boletim...*, p. 69.

que era director do Pavilhão dos Portugueses no Mundo. Porém, as sessões ordinárias mantiveram o ritmo do ano anterior, sendo de destacar uma sessão extraordinária, iniciada a 27 de Fevereiro e que teve a duração de três dias. Em 26 de Junho foi saudado, como acontecera no Conselho, o novo Vice-Presidente, José Caeiro da Mata, que já presidiu aos trabalhos. Também nos cumprimentos apresentados e respectivos agradecimentos, nenhuma referência foi feita ao Presidente, Doutor António de Vasconcelos.

Ignorado no quotidiano da Academia, não deixa o velho professor de ser o efectivo Presidente de uma dinâmica Instituição que, cumprindo um plano de publicações programado, lhe deu cabal resposta num valor global que, em 1940, foi orçamentado em 350 contos. Neste ano foram publicadas as seguintes obras: *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*; *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*; *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI (2)*; *Cartas de El-Rei D. João IV para Diversas Autoridades do Reino*; *O Manuscrito de Valentim Fernandes e Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) Embaixador em França*.

O Boletim de 1941 já não inclui no número dos vivos António de Vasconcelos. Encontramo-lo, sim, na página relativa à composição do Conselho, mas com a indicação de morte (+), bem como na frieza da lista de falecidos, encabeçando o respectivo grupo, “António Garcia Ribeiro de Vasconcelos – Morreu em Coimbra a 2 de Setembro de 1941”³⁰. Invade-nos uma estranha interrogação quando, compulsando, no mesmo Boletim, nas treze Actas do Conselho, não encontramos qualquer referência ao estado de saúde do Presidente da Academia. Apenas uma vez, a 19 de Fevereiro, se regista a ausência de António de Vasconcelos, “por motivo de saúde”. A vida corre, nomeiam-se Académicos, pede-se prorrogação de mandato do Conselho, o que seria concedido por Manuel Lopes de Almeida, Sub-Secretário de Estado da Educação Nacional, em 22 de Fevereiro de 1941, surgem projectos, tomam-se decisões, aprovam-se publicações, nomeiam-se comissões, reformulam-se e discutem-se os Estatutos, mas jamais se faz qualquer alusão ao Presidente. Naturalmente porque havia consciência da impossibilidade física e porventura intelectual de António de Vasconcelos, o que justifica, a partir de 1940, como escrevemos, a ausência de pedidos de conselho, como anteriormente acontecera. A correspondência para o Presidente foi também escassa neste ano, saldando-se pelo envio de “um livro vindo do Brasil”, a 20 de Março de 1941 e por um telegrama de felicitações, a 2 de Junho, no qual se pode ler, “A Academia Portuguesa da História associa-se

³⁰ *Boletim...* 1941, p. 51.

às homenagens prestadas ontem com tanta justiça ao muito ilustre e querido Presidente”. Referia-se, naturalmente, à homenagem prestada na passagem do seu aniversário natalício, ocorrido a 1 de Junho. Três meses depois, a 3 de Setembro, chegava à Academia um telegrama, dirigido ao Secretário Geral e assinado pelo Reitor Pereira Dias, no qual se pode ler, “Cumpro doloroso dever participar V. Exc.^a falecimento eminente presidente academia doutor António Garcia Vasconcelos”³¹.

Datando a reunião que precedeu a morte de António de Vasconcelos de 3 de Julho, seria natural que na seguinte, realizada a 26 de Novembro, houvesse alguma alusão ao acontecimento, o que não se regista. Tratam-se entusiasticamente outros assuntos e reserva-se para o fim uma frase lacónica, “O conselho trocou impressões acerca da eleição do Presidente, deliberando resolver o assunto noutra sessão”³², o que já não ocorreu nesse ano. Nem ocorreria nos próximos, pois apenas em 1945 foi nomeado novo Presidente – o Doutor Caeiro da Mata. Até lá, António de Vasconcelos mantém-se indicado como Presidente, embora com o sinal de morte, na constituição do Conselho da Academia.

Idêntico silêncio, no que se refere à saúde ou ausência de António de Vasconcelos, se verifica nas sessões ordinárias e extraordinárias realizadas neste ano e muito concretamente na sessão extraordinária de 18 de Novembro, presidida pelo Dr. António Baião. Sendo o primeiro encontro oficial dos Académicos depois da morte do seu Presidente, não se compreende que não ficasse registada a mínima alusão ao sucedido. Só a 26 de Novembro, José Caeiro da Mata, presidindo à sessão ordinária, se referiu, finalmente, “... aos dolorosos acontecimentos que, durante as férias e quando se encontrava em missão especial no Estrangeiro, se deram, enlutando a Academia: a morte do seu Presidente, o douto Professor Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, tão notável pela erudição igualmente manifestada quer na cátedra, quer em outros campos da sua acção universitária em que avulta a criação do Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras de Coimbra a que deram posteriormente, por homenagem, o seu nome; e os falecimentos do académico titular Dr. Luiz Xavier da Costa e do académico honorário Carlos Malheiro Dias... Propondo que, por tais factos, se exarassem em acta votos de pesar, o Senhor Professor Doutor Caeiro da Mata comunicou que a Academia prestará condigna homenagem à memória do seu Presidente em sessão especial”³³.

³¹ A.P.H., *Correspondência Recebida*, 1941, volume III.

³² Acta da sessão de 26 de Novembro de 1941, *Boletim...*, p. 95.

³³ Acta da sessão ordinária de 26 de Novembro de 1941, *Boletim...*, p. 115.

A mesma viria a ter lugar, em sessão extraordinária, a 16 de Dezembro de 1942 e o respectivo texto foi publicado pela Academia em 1948³⁴. A sessão foi presidida pelo Dr. António Baião e realizou-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Participaram inúmeros académicos e justificaram a ausência, por escrito, os Doutores Queiroz Veloso e Marcelo Caetano.

Abrindo a sessão, o Presidente disse que “... ela representava o pagamento de uma dívida”³⁵, traçando, de seguida, um breve perfil de António de Vasconcelos. Seguiram-se dois discursos, o primeiro proferido por Domingos Maurício Gomes dos Santos, S.J. e o segundo por Mário Mendes dos Remédios de Sousa Brandão. Enquanto este se ocupou da *Biografia* do homenageado, Domingos Maurício abordou a figura do “Sacerdos Magnus”, que emoldurou numa preciosa descrição física: “Impossível diluir, pela massa comum de personalidades da nossa terra, o seu perfil fidalgo, de fronte larga, olhar vivíssimo, fisionomia estilizada, estatura corpulenta, embora não atlética; perfeito domínio de atitudes, fluência de palavra cristalina, elegância não afectada de porte, erudição inexgotável sem torrencialidades, tipo autêntico, enfim, de quem, no templo e na cátedra, informando oficialmente ou em conversa íntima, vivia sob o signo permanente em que nascera: o magistério”. Deste retrato humano fez brotar o sacerdote, de cujo exercício afirmou, “... poucas figuras da Igreja, no Portugal contemporâneo, realizaram, mais cabalmente que o Doutor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, aquele ideal de profissão do sacerdócio católico, que na sua larga e operosa existência se reflecte, pela sinceridade da fé, pela devoção dos ministérios sagrados e pela paixão da cultura humanística, particularmente em seus aspectos eclesiásticos: três facetas características da sua personalidade inconfundível. Porque, no preclaro mestre coimbrão, como em todas as grandes figuras da história eclesiástica de Portugal, coexistiram, na mais perfeita harmonia, a nobreza das virtudes cívicas e a profissão das aspirações sacerdotais. ... O sacerdote manteve, através dos seus ministérios eclesiásticos, uma preocupação de conduta irrepreensível, sem orgulho nem ostentação; uma santa ufania da sua condição de ministro de Deus, um apreço vivo da cultura sacra...”.

Também Mário Sousa Brandão não se eximiu, após concluir a biografia do Mestre, a traçar alguns aspectos do “seu perfil físico, moral e intelectual”. Para tanto, escreveu “... De estatura alta, tinha a compleição forte do serrano que na juventude palmilhara à caça os montes natais... O olhar vivo, a voz

³⁴ APH, *À Memória do Dr. António de Vasconcelos, Primeiro Presidente da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, APH, 1948.

³⁵ Acta da sessão extraordinária de 16 de Dezembro de 1942, *Boletim...*, p. 86.

nitidíssima, calma, pausada... Do rosto raras vezes andava ausente o sorriso afável, acolhedor... No traçar foi de um cuidado e meticulosidade insuperáveis. ... nada do asceta que vive muito acima do comum dos homens... nada, também, desse tipo caricatural do sábio distraído e bisonho. Tinha notável bom senso, um sentido prático difícil de igualar, um tacto raro. ... A sua tolerância merece ser louvada... O desinteresse material que manifestou no decorrer da sua longa existência merece ser muito particularmente encomiado... Mas o traço mais saliente do carácter de António de Vasconcelos parece-me ser a bondade para com amigos e discípulos... Tinha o dom raro de captar simpatias... Este grande carácter foi também um valor intelectual do melhor quilate... A sua inteligência era clara, metódica, agudíssima. A curiosidade intelectual extensa, ecléctica, fez dele um polígrafo... “E terminaria com um convite, “Curvemo-nos reverentes, ilustríssimos Académicos, perante o nome insigne, imperecivelmente grande, gravado nos fastos desta douta Confraria”.

Em palavras diferenciadas, mas plenas do mesmo sentimento de admiração, transmitiram os dois autores idêntico modo de ver e apreciar António de Vasconcelos. E em homenagem novamente prestada pela Academia, no ano de 1987, o Professor Doutor Manuel Rodrigues continuaria a afirmá-lo como “... uma verdadeira glória da Pátria e da Igreja. ... um verdadeiro gigante, um colosso de historiador e investigador...”, a quem “... adornavam as melhores virtudes cristãs e humanas, enriqueciam dotes extraordinários de sabedoria e ciência”³⁶. Três anos mais tarde, deslocando-se uma delegação da Academia a Coimbra, sob a presidência do Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, por ocasião das comemorações do 7.º Centenário da Universidade, era a vez do Professor Doutor Aníbal Pinto de Castro evocar António de Vasconcelos como aquele de que “... perduram com tenaz vigor e inabalável segurança os resultados do seu vasto trabalho de historiador, em páginas de peregrina beleza que o tempo parece nimbar de maior suavidade... Na solenidade quase litúrgica da cátedra, conquistou os seus alunos... Mas acima de tudo e para além de tudo, assumiu com visão de lúcido alcance a plenitude do seu magistério...”³⁷.

Porém, nenhum dos oradores, ao evocar a figura grandiosa de António de Vasconcelos, abordou a sua actuação como Presidente da Academia Portuguesa da História. Uma pequena referência faz Domingos Maurício a uma eventual passagem pela Torre do Tombo quando escreve, “Ao prestar-lhe esta homenagem

³⁶ APH, *Anais. Cinquentenário da Restauração da Academia*, Lisboa, 1987, p. 179.

³⁷ APH, *A Universidade de Coimbra no seu 7.º Centenário. Homenagem aos Professores Doutores: António de Vasconcelos, Manuel Lopes de Almeida, Guilherme Braga da Cruz e Mário Brandão*, Lisboa, 1993, pp. 47-48.

póstuma, no próprio recinto que ele honrou, ainda, com sua veneranda presença, nos últimos dias...”, mas nada indica que, a ter acontecido essa passagem, o Presidente tivesse participado nalguma sessão da Academia. Se assim fosse, o acontecimento ficaria certamente registado nas Actas, o que não ocorre.

A hipótese de eventual passagem serve-nos, no entanto, de mote para a afirmação de uma certeza perene: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, primeiro Presidente da Academia Portuguesa da História, ainda que vivendo em Coimbra, manteve-se, de coração, no quotidiano da Instituição cuja Presidência assumiu. É essa presença que permanecerá viva nos fastos da Academia, onde o douto Mestre continuará a fazer História!

Recebido em/Text submitted on: 10/07/2011

Aceite em/Approved on: 23/09/2011